

INFRAESTRUTURA CULTURAL DO BRASIL: PASSADO, PRESENTE E FUTURO

Plínio Rattes¹

RESUMO

O presente texto apresenta um breve panorama histórico sobre a evolução dos espaços e equipamentos culturais no Brasil e no mundo. O texto aborda também sobre a deficitária infraestrutura cultural brasileira que fica evidenciada a partir de um conjunto de dados publicados por órgãos oficiais, como IBGE, por exemplo, sobre a ausência de locais destinados à formação, criação, difusão, fruição e consumo artístico-cultural no país, desde a década de 1990. Por fim, o artigo traz uma breve descrição sobre as atuais políticas e medidas voltadas a este segmento propostas pelo Ministério da Cultura, sob a gestão da cantora Margareth Menezes, com o propósito de compreender os conceitos e abordagens que a atual gestão possui sobre a temática.

*

Uma perspectiva histórica dos espaços culturais

A multiplicidade de abordagens que permeiam os locais destinados à formação, criação, difusão, fruição e consumo artístico-cultural é comparada aos inúmeros conceitos que envolvem o termo “cultura” e a sua compreensão, portanto, requer uma análise a partir de uma perspectiva histórica.

Foi nos séculos XVIII e XIX, fruto da modernização vivenciada pelas sociedades europeias, que surgiram os primeiros espaços que viriam a conformar a infraestrutura cultural em muitas cidades do continente, composta por teatros, museus, bibliotecas e salas de concerto. Esses locais contribuía para a construção de uma identidade nacional homogênea e, se inicialmente eram destinados apenas a colecionadores, pesquisadores

¹ Plínio Rattes. Doutor em Cultura e Sociedade pelo Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal da Bahia (IHAC/UFBA), Brasil. E-mail: pliniorattes@gmail.com

ou amantes das artes, passaram a ser frequentados por um número cada vez maior e diverso de atores sociais (Alcaraz, 2014). Como exemplo desse período, pode-se citar a experiência inglesa denominada de Centros de Artes, espaços que abrigavam uma variedade de ações e atendiam a públicos diversos.

A chegada do século XX e as intensas transformações sociais provocadas pelo desenvolvimento da tecnologia e pelo estabelecimento de novas formas de produção e consumo contribuíram para mudanças substanciais dos espaços culturais, dos meios de comunicação, do campo artístico e da relação destes com os públicos, tanto na perspectiva da produção quanto na do consumo. Nesse período surgiram o cinema, a fotografia, o rádio e a televisão, além de novos gêneros e linguagens estéticas, resultando em um cenário de intensa produção cultural em várias partes do mundo. O desenvolvimento dos meios de comunicação e transporte encurtaram as distâncias e borraram as fronteiras das nações, contribuindo para uma intensa troca e intercâmbio em escala global jamais vista na história da humanidade – por óbvio, com todas as assimetrias de um mundo altamente desigual, política e economicamente.

Influenciados pelas constantes e cada vez mais rápidas mudanças tecnológicas e socioculturais, sobretudo após as duas grandes guerras mundiais, os espaços culturais tornaram-se mais flexíveis e diversificaram suas atividades, abrigando mais de um tipo de ação, o que provocou redefinições na infraestrutura e nos modelos de produção de conteúdo desses estabelecimentos (Alcaraz, 2014). Esse contexto foi acelerado ainda pelas mudanças nas relações e mercados de trabalho, a partir da valorização do tempo livre e do lazer. Na França dos anos 1950, por exemplo, empresários e industriários passaram a investir na criação de áreas de convivência, quadras esportivas e centros sociais para seus funcionários (Coelho, 1985).

Ainda na França, mais adiante, na década de 1970, embora não pioneiro, haja vista que outros países (Cuba e México, por exemplo) já vinham desenvolvendo ações nesse campo, foi inaugurado um tipo de equipamento que marcaria uma tendência mundial e influenciaria na criação de espaços com características e funções semelhantes em muitos outros países, inclusive no Brasil. Trata-se do Centre National d'Art et Culture

Georges Pompidou, que aliava inovações e grandiosidade arquitetônica e diversidade de atividades do campo das artes e da cultura (Freitas, 2007).

As últimas décadas do século XX e o início do século XXI reservariam ainda mais mudanças ao universo dos espaços de cultura. Segundo Núñez (2014), surgiram o que ele denomina de terceira geração de equipamentos culturais. Esse estágio, conforme o autor, implicaria que, mais uma vez, esses estabelecimentos se readaptassem às novas dinâmicas, em especial às mudanças estabelecidas a partir da hegemonia de alguns setores da indústria cultural, como, por exemplo, a do audiovisual (televisão, cinema, streaming etc.) e a popularização da internet e seu vasto repertório de possibilidades de produção e consumo, em detrimento das artes performáticas, que exigem a presença física do público. Esse cenário exige que os espaços de cultura redefinam suas relações com os criadores e os públicos e contribuam na reconstrução e repactuação das relações entre eles².

No que diz respeito ao Brasil, as primeiras manifestações culturais surgiram com a catequese, ou o apagamento das culturas indígenas, promovida pelos padres jesuítas a partir de realizações como cantigas, apresentações teatrais e produção de livros, por exemplo (Milanesi, 1997). Nos séculos que se seguiram à colonização, XVI, XVII e XVIII, os locais que ocupavam a função de espaços de cultura eram os mosteiros, que abrigavam centros de leitura e discussão, e as igrejas, que eram ocupadas por uma série de artistas que colaboravam para a pregação da doutrina religiosa através de pinturas, estátuas, arquitetura etc. (Milanesi, 1997). Com a chegada da Família Real portuguesa, em 1808, apesar de diversos investimentos particulares no campo da cultura, não havia nenhum projeto institucional do governo nesse sentido³. Esse cenário seria alterado apenas a partir de 1823, quando, segundo Milanesi (1997), o governo assumiu pela primeira vez a responsabilidade da educação no País, promovendo a substituição dos antigos colégios jesuítas pelas escolas públicas.

A Proclamação da República, em 1889, não alterou de imediato

² Na esteira desse panorama histórico, vale contextualizar também, particularmente no universo dos espaços e equipamentos culturais, os impactos produzidos pela pandemia de Covid-19, causada pelo vírus SARS-CoV-2 ou Novo Coronavírus, que assolou o mundo nos anos de 2020 e 2021, e se apresentou como um dos períodos mais desafiadores da história recente da humanidade. A crise sanitária que se instalou provocou feitos inéditos na vida contemporânea. Apontado como principal alternativa para combater o contágio, o estabelecimento prolongado do isolamento social gerou o cancelamento de inúmeros eventos e atrações culturais e o fechamento, definitivo em alguns casos, de diversos espaços culturais mundo afora, a exemplo de cinemas, teatros, museus, galerias, bibliotecas etc. Nesse contexto, as consequências econômicas e sociais se somaram aos desafios sanitários já instalados.

³ No entanto, foi a partir da vinda de D. João VI para o Rio de Janeiro, em 1808, que se criaram as primeiras instituições culturais, como a Biblioteca Nacional, o Museu Nacional de Belas Artes e o Museu histórico Nacional.

o cenário de escassez no campo da cultura. Foi apenas na primeira metade do século XX, na esteira da industrialização e de investimentos específicos na área social, que o Estado brasileiro iniciou ações no campo das políticas públicas de cultura. Faz parte dessa conjuntura a gestão de Mário de Andrade, no Departamento de Cultura, criado pelo então prefeito da cidade de São Paulo, Fábio Prado, responsável por uma série de propostas, entre as quais os Parques Infantis (PIs), que funcionaram na cidade entre 1935 e 1943. Idealizados por Mário de Andrade, os Parques foram os primeiros equipamentos públicos que tinham por objetivo prestar serviços de educação, cultura, saúde e lazer para os filhos dos operários paulistanos na faixa dos três aos seis anos. Além de ocupar a lacuna deixada pela inexistência de escolas formais para as idades iniciais da infância, os Parques serviam, sobretudo, como locais de promoção da arte e da cultura. Eram realizadas ações de caráter técnico, educacional e social, que objetivavam educar, assistir e entreter as crianças, por meio de atividades físicas, música, canto, teatro, literatura, bordados, tapeçarias e marcenaria (Silva, 2012).

A utilização de mosteiros, igrejas e parques como locais de produção, difusão e consumo cultural não significa necessariamente a inexistência completa, ao menos a partir do século XIX, de equipamentos culturais no País – aqueles edifícios construídos com o objetivo de produzir e disseminar práticas culturais e bens simbólicos, ou seja, espaços concebidos para acolher uma ou mais expressões culturais e atividades correlatas, a exemplo de teatros, cinemas, museus, bibliotecas, galerias etc. Diferem-se, portanto, da ideia de espaço cultural, locais que, a princípio, não foram construídos com a função de abrigar atividades culturais, mas, dependendo de seus usos e apropriações, podem também ser destinados a elas – é o caso das praças, largos, parques, escolas, entre muitos outros (Kauark; Rattes; Leal, 2019, p. 31).

A partir da década de 1980, houve uma vertente de crescimento no número de espaços e equipamentos culturais multiuso no Brasil, ocasionado por, ao menos, três fatores: 1. influência do modelo francês, caracterizado pela multifuncionalidade dos equipamentos de cultura; 2. incentivo fiscal oriundo das políticas de subsídio empreendidas pelos governos neoliberais dos anos 1980 e 1990; e 3. investimentos públicos na infraestrutura cultural do País nas décadas de 2000 e 2010.

Nas últimas décadas, com o estabelecimento de instâncias de escuta, diálogo e participação, como as conferências, por exemplo, muitas comunidades passaram a registrar entre as suas principais demandas a construção de um espaço cultural em seu território⁴. Isso sugere o quanto a sociedade valoriza a importância de se ter um local para criar e expor suas artes e manifestações culturais, um espaço onde possa intercambiar com outras localidades e juntos criar, compartilhar e usufruir suas produções e expressões.

No entanto, a despeito da reconhecida importância dos edifícios culturais para a promoção dos direitos culturais, da cidadania, da diversidade e da economia da cultura, é preciso ressaltar que a mera existência desses locais não garante que a comunidade irá usá-los e se apropriar deles à altura das possibilidades que eles podem oferecer. O anseio pela construção de prédios, muitas vezes grandiosos em termos físicos, não raro é fruto apenas do desejo de status que o elemento “cultura” pode conferir a determinado território. É comum a pouca atenção dada ao planejamento posterior para a funcionalidade adequada desses edifícios. O resultado, em geral, são equipamentos mal gerenciados, subutilizados, que desconhecem a produção cultural de onde estão inseridos ou que tampouco dialogam com as comunidades locais.

Os prefeitos, por iniciativa própria ou instados a fazê-lo, procuram os órgãos públicos que financiam construções e pedem, às vezes amparados por deputados, recursos para a construção de um centro cultural. Essa é uma das solicitações mais frequentes que chegam dos municípios. Algumas vezes levam um projeto arquitetônico; em outras, apenas consultam se é possível o apoio financeiro. Raramente se expõe um programa de atividades ou se discute uma função. Apenas se exhibe o projeto de uma construção. Qual o significado desses pedidos? O que, de fato, nessas ocasiões desejam? Se fosse feito um esforço para encontrar uma resposta, por certo seria necessário conciliar visões disparatadas e ambíguas, o que resultaria num objeto não claramente identificado (Milanesi, 2003, p.13).

Segundo Isaura Botelho, acreditou-se por muito tempo que “o essencial era construir centros de cultura ou incentivar a frequência a museus ou teatros, desenvolver políticas de facilitação de acesso à cultura que trariam, quase que automaticamente, uma resposta positiva da população antes excluída deste terreno” (2003, p.2). Para a autora, a experiência francesa evidenciou

4 Conforme pode ser verificado, por exemplo, nos relatórios das Conferências de Cultura realizadas no Estado da Bahia em 2007, 2009 e 2013, disponíveis em: <https://conferenciadecultura.wordpress.com/conferencias-anteriores/>. Acesso em: 10 nov. 2023.

que isso não bastava e que era preciso uma mudança fundamental de paradigma no objetivo central de grande parte das políticas de cultura: a democratização cultural. É preciso considerar na gestão e nas políticas culturais a diversidade da produção cultural e de atores sociais.

No tópico a seguir abordamos sobre a infraestrutura cultural do Brasil e, na sequência, uma breve análise das propostas já divulgadas pelo MinC das proposições voltadas ao segmento dos espaços e equipamentos culturais.

Infraestrutura cultural do Brasil: passado e presente

A concentração espacial e a insuficiência (ou mesmo inexistência) de espaços culturais são notórias e alarmantes no Brasil, evidenciadas em diversos estudos acadêmicos e institucionais (Botelho, 2001, 2003; Vaz; Jacques, 2003; Botelho; Fiore, 2005; Nussbaumer; Rattes, 2005; Freitas, 2007, 2010; Allucci; Jordão, 2012, 2014; Rattes, 2017, 2022) e pesquisas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁵, mesmo quando considerados todos os avanços no País desde pelo menos a já citada gestão Mário de Andrade, em São Paulo, até os dias atuais.

De acordo com a publicação Sistema de Informações e Indicadores Culturais 2007-2018 (IBGE, 2019), “para equipamentos ditos tradicionais, como museus e teatros, houve aumento desde o início da série, com pico em 2014 e redução na medição de 2018, o que pode estar ligado à crise econômica e fiscal nos municípios”; entretanto, “em 2018, 35,9% das crianças e adolescentes no Brasil viviam em municípios sem museu, 34,6% sem teatros ou salas de espetáculo e 43,8% em municípios sem cinemas” (IBGE, 2019, p.163 apud Barros; Rattes, 2021).

Essa deficiência é uma triste marca que acompanha a infraestrutura social e urbana do País ao longo de sua história. No entanto, algumas iniciativas governamentais nas três esferas de poder buscaram suprir as lacunas de espaços para a formação, criação, produção, difusão e fruição cultural. São emblemáticos, por exemplo, os já citados Parques Infantis

⁵ Desde 1999, o IBGE levanta em todos os municípios brasileiros informações sobre a estrutura, a dinâmica e o funcionamento das instituições públicas municipais, compreendendo também diferentes políticas e setores que envolvem o governo municipal. A Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic) se define como uma pesquisa de estabelecimento, respondida pelas prefeituras brasileiras. Em relação à cultura, houve aplicação de blocos (1999, 2001, 2005, 2009, 2012, 2018) e suplementos (2006 e 2014) sobre o tema na Munic. Essa última modalidade de investigação é mais pormenorizada, tendo sido aplicada aos municípios em 2006 e tanto em municípios como em estados em 2014 (IBGE, 2019, p. 39).

(PIs), criados na cidade de São Paulo, nos anos 1930. Apesar do curto período de existência do projeto, os conceitos inovadores que permearam a sua criação permaneceram e reverberaram de forma significativa em diversos projetos que viriam a ser implementados nas décadas seguintes, a exemplo da Escola Parque, criada por Anísio Teixeira, na Bahia e em Brasília, nas décadas de 1940 e 1950; dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs), idealizados por Leonel Brizola e Darcy Ribeiro, no Rio de Janeiro, nos anos 1980; e dos Centros Educacionais Unificados (CEUs) implantados na cidade de São Paulo, na gestão de Marta Suplicy, entre 2001 e 2004 (Silva, 2012, p.103-104).

No entanto, todas essas iniciativas guardam como similaridade o fato de serem localizadas e promovidas por governos estaduais e/ou municipais, acentuando a assimetria da rede de espaços culturais do ponto de vista nacional. Um ponto de virada ocorre a partir dos incentivos fiscais oferecidos pelos governos de orientação neoliberal, nas décadas de 1980 e 1990, quando se observa um crescimento na construção de equipamentos e espaços culturais no País, ainda de forma bastante desigual, concentradas nas maiores cidades. A iniciativa privada e as grandes empresas públicas exerceram um papel fundamental nesse processo, tanto que esse período marca o surgimento de diversos espaços que levam o nome de seus mantenedores, como, por exemplo: o Centro Cultural Correios (agosto/1993) e o Centro Cultural Light (abril/1994), no Rio de Janeiro; o Centro Cultural Banco do Nordeste (julho/1998) e o Centro Cultural FIESP (março/1998), em São Paulo (Freitas, 2007); além dos equipamentos mantidos pelas Instituições vinculadas ao Sistema S⁶, principalmente o Serviço Social do Comércio (SESC), o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e o Serviço Social da Indústria (SESI). Apenas em relação ao SESC, segundo informações do site oficial da instituição, são mais de 580 unidades fixas, que contam com 213 escolas, 2.718 espaços de lazer, 367 bibliotecas e salas de leitura e 151 unidades móveis de cultura (cinemas e bibliotecas), distribuídas nas cinco regiões do País (Rattes; Silva; Moura, 2021, p. 4).

Em 2001, antes do início da gestão Gilberto Gil no MinC, o IBGE realizou um levantamento inédito junto a 5.560 municípios brasileiros e mapeou

6 O Sistema S é composto por nove Instituições privadas de interesse público, vinculadas a sindicatos patronais: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), Serviço Social da Indústria (Sesi), Serviço Social do Comércio (Sesc), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), Serviço Social do Transporte (Sest), Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (Sest) e Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop).

17 tipos de espaços culturais e redes de comunicação existentes no País: clubes, estádios, museus, unidades de ensino superior, bibliotecas, livrarias, teatros, cinemas, videolocadoras, orquestras, bandas de música, lojas de discos e CDs, rádios AM, rádios FM, gerador de TV, provedor de internet, shopping centers. A investigação concluiu que somente 53 municípios brasileiros tinham os 17 equipamentos, correspondendo a 26,5% da população brasileira; 153 não tinham nenhum dos equipamentos. Nos municípios do Norte e do Nordeste foram verificadas as maiores carências, contabilizando estados que não detinham nenhum município com todos os equipamentos, a saber: Rondônia, Amapá, Tocantins, Maranhão, Alagoas e Mato Grosso do Sul (IBGE, 2003).

Os dados revelaram ainda que 82% dos municípios brasileiros não tinham museus, 84,5% não tinham teatro, 92% não tinham sequer uma sala de cinema e cerca de 20% não tinham bibliotecas públicas. Mesmo entre os municípios com bibliotecas, 69% deles tinham apenas uma (IBGE, 2003).

Seis anos depois, em nova publicação, o IBGE (2007) verificou que mais de 90% dos municípios não tinham salas de cinema, teatro, museus e espaços culturais multiuso. A pesquisa apresentou também um amplo estudo no que diz respeito ao consumo cultural do brasileiro e sua frequência aos espaços e equipamentos culturais. Verificou-se que apenas 13% dos brasileiros frequentaram cinema alguma vez por ano; 92% nunca frequentaram museus; 93,4% jamais frequentaram alguma exposição de arte; 78% nunca assistiram a espetáculos de dança, embora 28,8% saiam para dançar.

A pesquisa apontou também que o brasileiro lê, em média, 1,8 livros per capita/ano (contra 2,4 na Colômbia e 7 na França, por exemplo) e que existe uma biblioteca para cada 35 mil habitantes, enquanto na França a proporção é de uma biblioteca pública para cada grupo de 2,5 mil pessoas. No que diz respeito aos livros, 73% deles estão concentrados nas mãos de apenas 16% da população e o preço médio de um exemplar era de R\$ 25,00, valor considerável se comparado ao valor do salário mínimo no País à época, reforçando a imagem de "objeto de luxo" que o livro ainda tem para algumas camadas da população.

Constatou-se ainda a permanência da desigualdade entre as regiões brasileiras, a saber, dos 600 municípios que nunca receberam uma biblioteca, 405 ficam no Nordeste, e apenas dois no Sudeste; 82% dos

brasileiros não tinham computador em casa e 70% não tinham qualquer acesso à internet (nem no trabalho, nem na escola); 56,7 % da população ocupada na área de cultura não tinha carteira assinada ou trabalhavam por conta própria.

A média brasileira de despesa mensal com cultura por família era de 4,4% do total dos rendimentos, acima da educação (3,5%), não variando em razão da classe social, ocupando a 6ª posição dos gastos mensais da família brasileira.

Investimentos do governo federal

Com a chegada de Gilberto Gil ao Ministério da Cultura, o governo adotou algumas medidas para enfrentar a conjuntura deficitária e de precarização da rede de espaços culturais no País. Uma delas foi o programa Mais Cultura, lançado em 2007, que se propunha a investir 4,7 bilhões de reais na infraestrutura cultural, sobretudo em áreas periféricas e cidades de pequeno e médio porte⁷. Com a expectativa de incluir a cultura no debate sobre o desenvolvimento econômico e social do País, o Mais Cultura buscava ampliar os investimentos em infraestrutura de forma articulada às políticas e ações em consolidação pelo MinC, incluindo o Cultura Viva, ações de livro e leitura, de audiovisual e de desenvolvimento da economia da cultura. Segundo documentos do MinC, a “estratégia era investir em infraestrutura para impulsionar o processo de valorização e apoio à produção cultural de base comunitária desencadeado pelo Cultura Viva nos anos anteriores” (MINC, 2015, p. 3).

Assim, o programa Mais Cultura foi criado para atender objetivos como: 1. ampliar o acesso aos bens e serviços culturais e meios necessários para a expressão simbólica, 2. qualificar o ambiente social das cidades do meio rural, e 3. gerar oportunidades de trabalho, emprego e renda. A partir disso, estruturou-se sobre três eixos: 1. Cidadania; 2. Cidades; e 3. Economia. O primeiro era voltado à qualificação do ambiente social, com criação de infraestrutura cultural; o segundo contemplava o protagonismo das identidades e da diversidade cultural; por fim, o terceiro dialogava com as questões de ocupação, renda, emprego e de financiamento da cultura (BRASIL, 2007, p. 1).

⁷ Cf. CNM – Confederação Nacional de Municípios. Disponível em: <https://www.cnm.org.br/comunicacao/noticias/cultura-ter%C3%A1-investimento-de-r-47-bilh%C3%B5es-afirma-gil>. Acesso em: 10 nov. 2023.

Outro programa que tinha entre suas finalidades suprir a deficiência da rede de espaços culturais é o Praça CEU⁸, lançado em 2010, com o objetivo de construir 400 praças abertas, em todas as regiões do País, contendo diversos equipamentos, como cineteatros, bibliotecas, telecentro, quadras etc. Atualmente, o programa foi renomeado pelo Ministério da Cultura para CEU das Artes⁹. Vale contextualizar, inclusive, que o programa apresenta elementos semelhantes à política empreendida por Mário de Andrade com os Parques Infantis, como a transversalidade, a promoção e valorização de expressões e manifestações culturais e o foco nas camadas da população mais desassistidas.

Outra iniciativa é o programa Cultura Viva e seus Pontos de Cultura, que, em alguma medida, contribuíram para a conformação e/ou consolidação de locais de formação, produção, difusão e fruição cultural. Ao todo, até o ano de 2019, eram contabilizados 4.033 pontos distribuídos por todo o território nacional, segundo o Observatório Nacional da Cultura (ONC)¹⁰. São Paulo é o estado com o maior número absoluto, 1.029, enquanto no Amapá existem apenas sete. Proporcionalmente à população, o estado do Piauí tem o maior número de Pontos de Cultura, com 3,85 Pontos para cada 100 mil habitantes; já o estado do Paraná é a Unidade da Federação com menor número, conforme dados apurados pelo citado ONC.

Ainda na esteira desse enfrentamento, foram previstas no Plano Nacional de Cultura quatro metas relacionadas diretamente ao universo dos espaços culturais e que preveem ampliação dessas edificações pelo País. Até o momento, apenas uma dessas metas foi integralmente cumprida¹¹. Trata-se da meta 31, que estabelece aumentar o número de cidades com espaços culturais, de acordo com o número de habitantes dos municípios, conforme a seguir:

8 O programa foi renomeado algumas vezes ao longo de sua trajetória. Criado no último ano de gestão do governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2006/2007-2010) e capitaneado pelo Ministério da Cultura, em parceria com outros quatro ministérios (Esporte, Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Justiça e Trabalho e Emprego) e prefeituras municipais, o programa foi originalmente denominado Praças do PAC, depois foi chamado de Praças dos Esportes e da Cultura (PEC) e em seguida de Praças das Artes, até ser rebatizado como Centros de Artes e Esportes Unificados, em 2013, assim permanecendo até junho de 2019, quando foi novamente renomeado, passando a se chamar Estação Cidadania – Cultura, pelo então recém-criado Ministério da Cidadania, no governo Jair Bolsonaro. Dois anos depois, em maio de 2021, o programa sofreu mais uma alteração em sua nomenclatura, sendo chamado então de Pracinhas da Cultura. Por fim, ao assumir a gestão do novo MinC, a ministra Margareth Menezes renomeou o programa como CEU das Artes. Porém, o programa ainda é mais conhecido como “Praça” ou “Praça CEU”.

9 De acordo com a Portaria MinC nº 54, de 18 de agosto de 2023, disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-minc-n-54-de-18-de-agosto-de-2023-504223656>. Acessada em 13 de novembro de 2023.

10 Dados compilados pelo Observatório Nacional da Cultura (ONC), em 2019, e disponibilizados em seu site oficial: <https://observatoriodacultura.com/2019/06/17/confira-o-levantamento-pontos-de-cultura-no-brasil-2019/>. Acesso em: 12 jan. 2021.

11 Cf. Informação do site oficial que acompanha o andamento das metas do Plano. Disponível em: <http://pnc.cultura.gov.br/categoria/metasp31/>. Acesso em: 10 nov. 2023.

- 35% dos municípios com até 10 mil habitantes com pelo menos um tipo;
- 20% dos municípios entre 10 mil e 20 mil habitantes com pelo menos dois tipos;
- 20% dos municípios entre 20 mil e 50 mil habitantes com pelo menos três tipos;
- 55% dos municípios entre 50 mil e 100 mil habitantes com pelo menos três tipos;
- 60% dos municípios entre 100 mil e 500 mil habitantes com pelo menos quatro tipos;
- 100% dos municípios com mais de 500 mil habitantes com pelo menos quatro tipos.

Vale ressaltar a meta 33, que estabelece a criação de 1.000 espaços como os Centros de Artes e Esporte Unificados, as Praças CEU, que alcançou até dezembro de 2021 apenas 25,7% do estipulado, de acordo com o acompanhamento feito pelo MinC.

Metas do PNC relacionadas aos Espaços Culturais/Gestão Pública			
Nº	Metas	Indicador	Situação da Meta (até dezembro de 2021)
31	Municípios brasileiros com algum tipo de instituição ou equipamento cultural, entre museu, teatro ou sala de espetáculo, arquivo público ou centro de documentação, cinema e centro cultural.	Aumentar o número de cidades com espaços culturais	Meta alcançada
32	100% dos municípios brasileiros com ao menos uma biblioteca pública em funcionamento.	Ter pelo menos uma biblioteca pública ativa em cada cidade brasileira	85,4% da meta alcançada
33	1.000 espaços culturais integrados a esporte e lazer em funcionamento.	Criar mil espaços como os centros de artes e esportes unificados (CEUs)	25,7% da meta alcançada
34	50% de bibliotecas públicas e museus modernizados.	Melhorar instalações, equipamentos e acervos de bibliotecas e museus	37% da meta alcançada em relação às bibliotecas e 8% dos museus.

35	Gestores capacitados em 100% das instituições e equipamentos culturais apoiados pelo Ministério da Cultura	Formar gestores de espaços culturais	Em 2021, a meta alcançou 55% do planejado para o ano.
----	--	--------------------------------------	---

Fonte: MinC, 2023. Elaborada pelo autor.

Os investimentos realizados na gestão Gilberto Gil e nos períodos subsequentes não foram suficientes para suprir a grande defasagem existente, conforme atestam os dados mais recentes revelados pelo IBGE na publicação Sistema de Informações e Indicadores Culturais 2007-2018 (IBGE, 2019). Os dados divulgados, que tomam por base os números coletados em diversas pesquisas da Instituição, a exemplo da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC), apontam que, em 2018, 32,2% da população morava em municípios sem museu, 30,9%, sem teatro ou sala de espetáculo, 39,9%, sem cinema, 18,8% sem rádio AM ou FM local, 14,8%, sem provedor de internet. Em relação a esse último dado, quando são feitos outros recortes, como faixa etária, raça e escolaridade, a desvantagem é maior para os grupos vulneráveis: população preta ou parda (15,3%), crianças (15,6%) e sem instrução ou fundamental incompleto (17,7%), conforme tabela abaixo.

Quando o recorte é geográfico, notam-se as disparidades entre as Unidades da Federação. As maiores proporções da população em municípios sem provedor de internet estavam no Piauí (51,3%) e em Tocantins (42,3%), por exemplo. Possivelmente essas localidades foram ainda mais atingidas pelos impactos da pandemia por Covid-19, entre os anos 2020 e 2021, que tinha no isolamento social a principal estratégia para a contenção do contágio e no ambiente on-line a possibilidade de manutenção das atividades sociais, laborais e econômicas.

Livrarias estavam presentes em 42,7% dos municípios em 2001, diminuindo para 17,7% deles em 2018. Já as videolocadoras tinham a maior participação em 2006 (82,0% dos municípios), chegando a seu mínimo histórico em 2018 (23,0%). Lojas de discos, fitas CDs, DVDs seguiram a mesma tendência.

A pesquisa registra ainda que equipamentos tradicionais como bibliotecas, museus, teatros, rádios e cinemas cresceram em presença nos municípios até 2014, com decréscimo em 2018. Apesar desse decréscimo, os valores encontrados em 2018 estavam similares ou maiores que o início da série em 1999, que apontavam dados ainda mais alarmantes, como: 82%

dos municípios brasileiros não tinham museus, 84,5% não tinham teatro, 92% não tinham sequer uma sala de cinema e cerca de 20% não tinham bibliotecas públicas.

A variação na capilaridade desses equipamentos e meios de comunicação, segundo o IBGE (2019), parece ser influenciada por fatores econômicos, considerando o crescimento da economia na primeira década dos anos 2000 e a crise em anos recentes, o que teria levado a uma queda generalizada na capilaridade geográfica dos equipamentos e meios de comunicação entre as medições de 2014 e 2018. Outros fatores apontados pelo Instituto é a evolução tecnológica (barateamento de equipamentos eletrônicos, domésticos e profissionais, mudanças nas mídias etc.) e a alteração dos modos de fruição, que podem ter influenciado na popularidade de alguns equipamentos. Houve, nos últimos anos, aumento no acesso domiciliar à internet, na oferta de streaming de áudio e vídeo, no crescimento do comércio pela internet e a diminuição da importância das mídias físicas (IBGE, 2019, p. 148).

Outra fonte de informação sobre a infraestrutura cultural do País pode ser acessada no site Mapas Culturais¹², que congrega os dados do antigo cadastro do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC), mantido pelo governo federal e preenchido pela sociedade civil. Nele, até o mês de novembro de 2023, estava registrada a existência de 29.540 espaços culturais no País, agrupados em 110 categorias que vão dos mais tradicionais, como teatros, cinemas, museus, bibliotecas, circos, galerias etc., aos mais alternativos ou que abarcam uma concepção mais alargada do termo, como igrejas, trio elétricos, sebos, lan houses, mesquitas, terreiros, praças, escolas de artes, bancas de jornal, antiquários etc.

Como esse mapeamento depende da inserção das informações por parte da sociedade civil, supõe-se aqui que esse quantitativo possa ser ainda maior, tendo em vista que muitos agentes culturais desconhecem essa iniciativa e/ou não compreendem seu empreendimento como um espaço cultural.

Outro ponto a se considerar acerca dessa iniciativa é que os dados disponibilizados nos cadastros são poucos ou insuficientes para contribuir de forma efetiva na formulação de políticas públicas que os tenham como

12 O Mapas Culturais é um banco de dados disponível on-line que congrega o antigo cadastro do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC) e é integrado a outras bases de dados da Secretaria Especial da Cultura, como a Rede Cultura Viva, o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas e o Cadastro Nacional de Museus. Cf. <http://mapas.cultura.gov.br/>. Acesso em: 13 nov. 2023.

objeto. Estão registrados apenas uma breve apresentação do espaço, o tipo de categoria, as áreas de atuação, endereço, se têm acessibilidade, capacidade, responsáveis e telefone de contato, critérios de uso do espaço e uma galeria para upload de vídeos e fotos. É possível cadastrar também a agenda de programação do local. Não há nenhuma informação acerca de seus públicos, custos de manutenção, recursos humanos ou modelos de gestão empreendidos. Além disso, a plataforma é limitada em termos de recursos técnicos, passando a permitir apenas recentemente a exportação de dados para planilhas editáveis, possibilitando alguns cruzamentos com as informações disponíveis.

A ausência de equipamentos culturais ou sua existência deficitária nas cidades brasileiras se contrapõe às potencialidades da economia da cultura no País e alerta para a questão da invisibilidade em diversos territórios para a constituição e a promoção da diversidade social e cultural que abrigam. Aprofunda o desconhecimento que a população tem da sua rica e diversa produção cultural e denota a pouca relevância que lhe é atribuída (Serpa, 2010, p. 31). Permanece para o País, portanto, o desafio de se reverter o déficit de infraestrutura cultural, principalmente nos municípios de pequeno e médio porte, além de enfrentar a distribuição espacial desigual dos espaços culturais comum às grandes cidades brasileiras. Por outro lado, aos equipamentos existentes os desafios são de outra ordem, relacionados à sua sustentabilidade e manutenção, aos seus modos de gerir e se relacionar com seus diversos públicos, internos e externos – foco de abordagem do próximo tópico.

Perspectivas para o futuro?

A atual gestão do MinC¹³, tendo à frente a cantora Margareth Menezes, escolhida por Lula para ser ministra da cultura do seu terceiro mandato presidencial (2023-2016), anunciou um conjunto de medidas que visam contribuir para a diminuição da defasagem da infraestrutura cultural no país.

¹³ Importante registrar que o Ministério da Cultura foi reestabelecido após um hiato de quatro anos, uma vez que durante o mandato do presidente anterior, Jair Bolsonaro (2019-2022), o MinC foi reduzido a uma secretaria especial vinculada, primeiramente, ao Ministério da Cidadania, e depois ao Ministério do Turismo. Esse período foi marcado pelo enfraquecimento ou interrupção de programas e projetos, não havendo necessariamente propostas consistentes para substituí-los ou reformulá-los ou ainda novas proposições com a mesma envergadura que as gestões anteriores, Lula da Silva (2003-2006 / 2007-2010) e Dilma Rousseff (2011-2014 / 2015-2016). Além disso, não havia clareza sobre qual o plano de governo para o setor, além das omissões e descontinuidades impostas. A gestão Bolsonaro demonstrava, reiteradamente, uma postura contra a cultura e a arte, sobretudo no que diz respeito às dimensões e abordagens mais abstratas, reflexivas e contra hegemônicas que lhes são inerentes.

Com a retomada, o novo MinC criou a Subsecretaria de Espaços e Equipamentos Culturais (SEEC), responsável por coordenar a implementação de espaços e equipamentos culturais no País, promover programas, projetos e ações em parceria com estados e municípios para a implantação, ampliação e melhoria da infraestrutura cultural. O Setor é constituído por três coordenações, a saber: a Coordenação Geral de Articulação e Parceria (CGAP), a Coordenação Geral de Desenvolvimento de Projetos (CGDP) e a Coordenação Geral de Monitoramento de Empreendimentos (CGME)¹⁴.

Recentemente, a ministra Margareth Menezes publicou a Portaria MinC nº 68, de 29 de setembro de 2023, que instituiu o Programa Territórios da Cultura, que tem “a finalidade de implementar uma rede de espaços e equipamentos integrados de cultura em territórios periféricos, com vistas à efetivação de direitos culturais, à promoção da cidadania e ao reconhecimento e à valorização da diversidade cultural”¹⁵. O programa, segundo a ministra,

será uma peça fundamental na integração de políticas culturais em nível federal, estadual e municipal. Além disso, ele será uma ponte para outras políticas, programas e ações que fortaleçam sua capacidade de atuação. Esta iniciativa representa um passo significativo em direção a uma sociedade mais inclusiva e culturalmente rica, promovendo não apenas a arte e a educação, mas também a dignidade, a cidadania e o entendimento entre diferentes comunidades do Brasil¹⁶

Dentre os objetivos do Programa registrado na referida portaria, estão:

I - diminuir a desigualdade de acesso à infraestrutura cultural por meio da implementação de espaços e equipamentos culturais em territórios periféricos; e II - ampliar a capilarização da oferta de espaços culturais a partir da atuação em rede e de equipamentos de dimensões variadas, fixos ou itinerantes, com recursos adequados para a formação, a produção e a fruição cultural, especialmente em locais de vulnerabilidade social; (...)

¹⁴ Gestões anteriores do ministério também possuíam setores específicos voltados aos segmentos dos espaços e equipamentos culturais. Por exemplo, em 2012, foi criada a Diretoria de Programas Especiais e Infraestrutura Cultural, dentro da Secretaria Executiva, na gestão Ana de Holanda. Em 2016, na gestão Marcelo Calero, a Diretoria ganhou status de Secretaria, tornando-se Secretaria de Difusão e Infraestrutura Cultural, cuja função era buscar parcerias com prefeituras e governos estaduais para apoiar melhorias e modernização de equipamentos públicos como bibliotecas, teatros e centros culturais. A Seinfra era composta por duas diretorias: 1. Gestão de obras e equipamentos culturais e 2. Projetos de infraestrutura cultural. No governo Bolsonaro, a SINFRA voltou a ser diretoria. Um importante programa da Seinfra era o Centro de Artes e Esportes Unificados, conhecido como Praça CEU.

¹⁵ Fonte: <https://in.gov.br/web/dou/-/portaria-minc-n-68-de-29-de-setembro-de-2023-513840797>. Acesso em 13 nov. 2023.

¹⁶ Fonte: <https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/noticias/minc-lanca-programa-territorios-da-cultura-pa-ra-garantir-infraestrutura-cultural-em-todo-pais>. Acesso em 13 nov. 2023.

Nota-se que, essa nova gestão reconhece a situação deficitária dos equipamentos e espaços culturais no país, além da desigualdade da sua distribuição em território nacional.

Ainda sobre o programa, o MinC informa por meio da Portaria nº 68, que para alcançar os objetivos estabelecidos, estão previstas as seguintes diretrizes programáticas:

Diretrizes programáticas do Programa Territórios da Cultura	
Modalidades/Ações	Descrição
Biblioteca-Parque	Edificação de uso cultural de grande porte, preferencialmente integrada a outras políticas públicas, com a finalidade de promover a política de acesso ao livro, à leitura, às artes, entre outras políticas culturais, em áreas de vulnerabilidade social.
CEU da Cultura	Edificação de uso cultural, de caráter comunitário, composta por espaços associados à expressão corporal, educação cidadã, arte e educação, trabalho e renda, meio ambiente, entre outras atividades relacionadas à cultura.
MovCEU	Equipamento cultural itinerante, produzido por meio da adaptação de veículos e barcos para a realização de ações culturais.
Reformas, adaptações e modernização de equipamentos culturais	Priorizando as iniciativas que visam a melhorar o desempenho energético, o conforto térmico, a acessibilidade, a sustentabilidade, as condições de segurança e integridade das edificações localizadas em territórios periféricos.

Fonte: Portaria MinC nº 68, de 28 de setembro de 2023. Elaborado pelo autor.

A proposta do ministério é que o programa seja executado em parceria com estados e municípios e que a gestão dos equipamentos culturais deve ocorrer de forma compartilhada, a partir de mobilização social e da formação de redes de parceiros. Importante destacar que essas premissas estão na gênese de projetos e programas de gestões anteriores do MinC, a exemplo da(o): Base de Apoio à Cultura (BAC)¹⁷, Mais Cultura e Praça CEU (Centro de Artes de Esportes Unificados). Este último, recentemente renomeado pelo MinC para CEU das Artes.

¹⁷ O projeto foi proposto nos primeiros anos da gestão Gilberto Gil (2003-2008) e tinha por objetivo instalar 50 estruturas de 1.300m² em áreas periféricas das cidades brasileiras, com a finalidade de apoiar a produção cultural comunitária. As BACs foram pensadas como espaços de infraestrutura tecnológica para a produção cultural das comunidades e a articulação entre elas, assim conectando as comunidades entre si e com o mundo. O projeto não foi adiante por falta de recursos e as duas primeiras BACs anunciadas pelo Ministério, uma na Rocinha, no Rio de Janeiro, e outra no Distrito Federal, não chegaram a ser instaladas.

No que diz respeito aos recursos financeiros, para tornar realidade o programa, serão utilizadas verbas provenientes do Fundo Nacional da Cultura (FNC), da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB), de emendas parlamentares, além do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Este último, por exemplo, será o financiador da modalidade/ação CEU da Cultura, assim como ocorreu em 2010, quando a Casa Civil do governo Lula, então no segundo mandato, publicou edital de apoio para a construção de 400 Praças CEU, em parceria com prefeituras municipais, e financiamento com recursos do então chamado PAC 2. Segundo o MinC, serão destinados ao CEU da Cultura o montante de R\$ 600 milhões para a construção de 300 empreendimentos e mais R\$10 milhões para a finalização de 26 obras do programa Praça CEU¹⁸.

Para efeito de comparação, o já citado edital de 2010 aportou R\$ 800 milhões para a instalação de 400 unidades – sendo que, até dezembro de 2021, 11 anos após o lançamento do edital, haviam sido inauguradas 257 Praças, ou seja, 64% da meta¹⁹.

As semelhanças com o programa Praça CEU (ou CEU das Artes) não se resumem apenas à fonte de financiamento. Do ponto de vista conceitual, também é possível observar elementos comuns entre um programa e outro. Por exemplo, o CEU da Cultura também está programado para ser construído em áreas de vulnerabilidade socioeconômica e a participação social é uma das premissas do programa.

Contudo, o CEU da Cultura traz algumas atualizações em relação às Praças CEU, que diz respeito aos equipamentos que serão instalados, todos eles voltados ao campo da cultura (biblioteca; LabCéu, laboratório dedicado à Economia da Cultura; e Incubadora Cultural), diferentemente das Praças, que haviam equipamentos de cultura, esporte, lazer, assistência social etc. O espaço contará também com sala de administração e suporte, algo que não havia nas plantas arquitetônicas das Praças.

Segundo a Subsecretária de Espaços e Equipamentos Culturais do MinC, Cecília Gomes de Sá, a comunidade poderá escolher outros equipamentos para serem instalados no CEU da Cultura, de acordo com o

18 Fonte: <https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/noticias/minc-lanca-programa-territorios-da-cultura-para-garantir-infraestrutura-cultural-em-todo-pais>. Acesso em 13 nov. 2023.

19 Entre os motivos para esse resultado abaixo do esperado estão questões que evidenciam tanto as fragilidades do programa como problemas recorrentes a muitas prefeituras municipais, como: ineficiência da prefeitura no cumprimento dos termos de cooperação; o não aporte do recurso da contrapartida; mudanças de gestão no poder público; dificuldades no processo licitatório da obra e problemas com empreiteiras; ausência de titularidade do terreno; impossibilidade de contratar recursos humanos para a gestão das Praças sem infringir a Lei de Responsabilidade Fiscal; entre outros.

tamanho do terreno e das demandas daquela localidade, a exemplo de: cozinha comunitária, sala multiuso, ateliê, cine teatro, estúdio de gravação, sala de dança, parque infantil, quadra policultural coberta, área verde, entre outros²⁰.

Outra atualização importante ainda diz respeito às plantas arquitetônicas, que poderão ser adaptadas aos diferentes tipos de terreno e clima de cada região do país, ao contrário do que ocorreu com as Praças CEU que tiveram suas plantas (eram um total de três modelos) replicadas de forma seriada, sem considerar as especificidades de cada região.

Além do CEU da Cultura, que já foi alvo de ações efetivas por parte do MinC, tendo os procedimentos para o seu processo seletivo publicado na Portaria MinC nº 74, de 06 de outubro de 2023²¹, a modalidade/ação MovCEU, também já teve seu edital publicado em portaria pelo ministério²². Essa iniciativa se propõe selecionar interessados entre Estados, Distrito Federal e Municípios, bem como suas autarquias e fundações públicas, em adquirir um dos trinta equipamentos itinerantes que são objeto do edital.

O MovCEU são veículos do “tipo van ou furgão adaptado para se transformar em uma biblioteca, estúdio de produção audiovisual, cinema de rua, palco para apresentações diversas, entre outros”²³. Para o edital 2023, as propostas são restritas a localidades com até 20 mil habitantes. A gestão, funcionamento e manutenção do equipamento cultural é de responsabilidade do proponente.

Certamente, um dos principais desafios para o projeto será garantir a adequada e sistemática manutenção do veículo. Se considerarmos a dificuldade que muitos municípios brasileiros têm, sobretudo, os menores, em manter em pleno funcionamento sua frota de veículos, muitos deles pertencentes a áreas essenciais como saúde (ambulâncias) e segurança (carro de polícia), por exemplo, é possível projetar os possíveis problemas que surgirão nesse campo mais adiante se não houver nenhuma linha de fomento para apoio desse quesito. A vida útil desses equipamentos poderá ser reduzida substancialmente.

20 Fonte: <https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/noticias/minc-lanca-programa-territorios-da-cultura-para-garantir-infraestrutura-cultural-em-todo-pais>. Acesso em 13 nov. 2023.

21 Fonte: <https://www.gov.br/casacivil/novopac/selecoes/eixos/arquivos/portaria-minc-74-selecao-no-vo-pac-2023>. Acesso em 13 nov. 2023.

22 Portaria MinC nº 70, de 29 de setembro de 2023. Fonte: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-minc-n-70-de-29-de-setembro-de-2023-*-513873977. Acesso em 13 nov. 2023.

23 Fonte: <https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/noticias/inscricoes-para-o-movceu-sao-prorrogadas-ate-20-de-outubro>. Acesso em 13 nov. 2023.

Considerações finais

O percurso histórico das políticas culturais brasileiras, marcado por ciclos tão distintos e permeado por ações e medidas descontínuas e inconclusas, conduziu o País a políticas esvaziadas, pouca efetivas, além de enormes lacunas de investimentos nos mais diversos segmentos do campo cultural, incluindo o universo que envolve os espaços e equipamentos culturais. Esses locais, essenciais para a dinâmica cultural das cidades, abrigam variadas práticas culturais e manifestações artísticas e sintetizam a cadeia produtiva da cultura, à medida que acolhem, em suas dependências, ações de formação, criação, produção, difusão e consumo.

Em muitos municípios brasileiros, esses espaços contribuem para a sociabilidade e convivência das pessoas, desempenham não apenas a função de ofertar produtos e serviços artístico-culturais à população, mas também se constituem como espaços de construção de sentidos, de conhecimentos e de práticas diversas que refletem nos modos de produção e nas relações estabelecidas nessas localidades.

Os espaços culturais, em geral, quando bem administrados, têm potencial para desempenhar um papel fundamental na formação do tecido social, colaborando para o desenvolvimento de um território sob diversos aspectos. Do ponto de vista espacial, por exemplo, contribuem para o desenho das cidades e para o reforço da arquitetura urbana existente. No que diz respeito à economia, além de essenciais para a fluidez e o acolhimento dos diferentes elos da produção cultural, configurando-se como pontos de mobilização de capital, são também importantes ativos para outros mercados, como o turístico, por exemplo. No sentido social, colaboram na construção da identidade, na promoção da cidadania e na garantia dos direitos culturais, pois se tornam lugares de encontro para a convivência e articulação de diferentes saberes, conteúdos e narrativas que expressam a diversidade cultural de uma população. Na perspectiva criativa, contribuem para a experimentação artística e o despertar para outros olhares, sentidos e sensibilidades que envolvem os anseios e dilemas de nosso tempo e espaço (Kauark, Rattes, Leal, 2019; Barros, Rattes, 2021).

No entanto, apesar da evidente importância dos espaços culturais, o lugar que ocupam ainda é pouco privilegiado no campo das políticas públicas de cultura, que ainda são tímidas e descontínuas, o que impacta

diretamente na capacidade de o país provocar mudanças substanciais e permanentes nesse campo. Há muitos desafios a serem enfrentados, dentre alguns, podemos citar:

1. Diminuir a desigualdade de espaços e equipamentos culturais entre as regiões e municípios brasileiros;

2. Garantir linhas permanentes de fomento e financiamento não apenas para a construção de novos espaços e equipamentos culturais, mas também para a manutenção, requalificação e modernização e dinamização da programação dos já existentes;

3. Formar, capacitar e aperfeiçoar gestores e demais profissionais que atuam nos mais diversos tipos de equipamentos e espaços culturais, a partir de uma perspectiva abrangente, que não apenas tecnicista;

4. Garantir que a ideia de diversidade não esteja limitada aos diferentes atores envolvidos, mas presente em todas as camadas e dimensões, que incluem ainda os modos de gerir, os conteúdos disponibilizados, os públicos atendidos, as dinâmicas locais, a comunicação do espaço cultural.

5. Aproximar os equipamentos e espaços culturais de práticas sustentáveis, com a utilização de energia limpa, reutilização e aproveitamento de água, etc.

6. Estabelecer relações efetivas e afetivas com os públicos, sobretudo, com a comunidade do entorno, encarando-a não apenas como um público potencial para consumir as ações ofertadas, mas também para realizar atividades provocadas e propostas por ela.

Apesar dos desafios, é preciso reconhecer os avanços e o aumento dos investimentos feitos nas últimas duas décadas, a partir de iniciativas como a inclusão da temática no Plano Nacional de Cultura, a implementação de programas e projetos como Mais Cultura, Pontos de Cultura, Praças CEU e o mais recente Territórios da Cultura, entre outros.

Vale destacar também a visão sistêmica que muitos desses projetos e programas tem promovido, no sentido de atribuir funções bem definidas a cada ente da federação: cabe ao governo federal, em geral, o financiamento para a instalação de novos equipamentos culturais, sobretudo, em localidades mais carentes e/ou vulneráveis, em uma tentativa de diminuir as desigualdades históricas no país, além do estabelecimento de alguns conceitos basilares para esses equipamentos; aos estados, municípios e

sociedade civil, cabem a gestão dos equipamentos a partir de critérios republicanos, muitas vezes balizados por meio de convênios que impõem diretrizes importantes como: participação social e diversidade cultural.

COMO CITAR ESSE ARTIGO

RATTES, Plínio. Infraestrutura cultural do Brasil: passado, presente e futuro. **Revista Boletim do Observatório da Diversidade Cultural**, Belo Horizonte, v. 100, n. 2, 2023. Disponível em: <https://observatoriodadiversidade.org.br/boletins/>. Acesso em: [data].

REFERÊNCIAS

ALCARAZ, María Victoria. Latinoamérica: reflexiones sobre las infraestructuras y equipamientos culturales. In: ROMERO, Salvador Catalán; RUEDA, Antonio Javier González (Eds.). **Manual Atalaya**. Apoyo a la gestión cultural, 2014. Disponível em: goo.gl/Mh63Yo. Acesso em: 10 nov. 2023.

ALLUCCI, Renata R.; JORDÃO, Gisele. **Panorama setorial da cultura brasileira - 2011/2012**. São Paulo: Allucci & Associados Comunicações, 2012. 216p.

_____. **Panorama setorial da cultura brasileira - 2013/2014**. São Paulo: Allucci & Associados Comunicações, 2014. 232p.

BARROS, José Márcio; RATTES, Plínio. **Formação de gestores de equipamentos culturais**: desafios e perspectivas. Revista Extraprensa, [S. l.], v. 14, n. 2, p. 264-280, 2021.

BOTELHO, Isaura. Os equipamentos culturais na cidade de São Paulo: um desafio para a gestão pública. **Revista Espaço e Debates**. São Paulo: Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos. v.23. n.43-44. jan/dez, 2003.

BOTELHO, Isaura. **Dimensões da Cultura e Políticas Públicas**. São Paulo em Perspectiva, vol. 15, n.2, São Paulo, abr./jun., 2001.

BOTELHO; Isaura; FIORE, Maurício. O uso do tempo livre e as práticas culturais na região metropolitana de São Paulo. **Relatório da Primeira Etapa da Pesquisa**. Centro de Estudos da Metrópole – CEBRAP. Abril de 2005.

BRASIL. **Decreto 6.226**, de 4 de outubro de 2007. Institui o Programa Mais Cultura. Portal da legislação: Leis ordinárias.

COELHO, Teixeira. **Usos da cultura**: políticas de ação cultural. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

FREITAS, Elizabeth Ponte de. **Centros Culturais Públicos no Brasil**: Um estudo comparativo entre o Centro Dragão do Mar e Arte e Cultura e o Centro Cultural São Paulo. Monografia. (Graduação). Curso de Produção em Comunicação e Cultura, Facom-UFBA, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

FREITAS, Elizabeth Ponte de. **Por uma Cultura Pública:** Organizações Sociais, OSCIPS e a gestão pública não estatal. 2010, 143f. Dissertação (Mestrado). Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

IBGE. **Cidades@.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/feira-de-santana/panorama>. Acesso em: 31 jul. 2021.

IBGE. **Sinopse do censo demográfico 2010.** Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?uf=29&dados=1>. Acesso em: 24 jul. 2021.

IBGE. **IBGE traça o perfil administrativo de todos os municípios brasileiros.** Disponível em: <http://www1.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/1704munic.shtm>. Acesso em: 29 ago. 2014.

IBGE. **Sistema de informações e indicadores culturais:** 2007-2018/IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro, 2019. 263p.

IBGE. **Pesquisa de Informações Básicas Municipais** – Perfil dos Municípios Brasileiros Gestão Pública 2001, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro, 2003. 239p.

IBGE. Estimativas da população residente para os municípios e para as unidades da federação brasileiros com data de referências em 1º de julho de 2020. 2020. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2020/POP2020_20210331.pdf. Acesso em: 24 jul. 2021.

KAUARK, Giuliana; RATTES, Plínio; LEAL, Nathalia (Orgs.). **Um lugar para os espaços culturais:** gestão, territórios, públicos e programação. Salvador: Edufba, 2019. 407p. (Coleção Cult).

MILANESI, Luis. **A casa da invenção:** biblioteca – Centro de cultura. 3.ed. São Caetano do Sul: Ateliê Editorial, 1997.

MILANESI, Luis. **A casa da invenção:** biblioteca e centro de cultura. 4. ed rev. e ampl. São Paulo: Ateliê, 2003.

MINC. Ministério da Cultura. **Conceito, desafios e potencialidades do PAC da Cultura I** – Praças CEUs. 2015.

NÚÑEZ, Enrique del Álamo. Los espacios de la cultura. In: **Manual Atalaya** – Apoyo a la Gestión Cultural, 2014. Disponível em: <http://atalayagestioncultural.es>. Acesso em: 13 nov. 2023.

NUSSBAUMER, Gisele; RATTES, Plínio. **Equipamentos Culturais de Salvador: Públicos, Políticas e Mercados**. Trabalho apresentado no V ENLEPICC. Salvador: Faculdade Social da Bahia, 11 de novembro de 2005 (1 cd-rom).

RATTES, Plínio. **Políticas e gestão de equipamentos culturais da cidade de Salvador-BA: a perspectiva dos gestores**. 184f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

RATTES, Plínio. **A Praça é do Povo?** Diversidade e Participação social na gestão das Praças CEU de Feira de Santana (BA). 328f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022.

RATTES, Plínio; SILVA, Maria da Conceição; MOURA, Carolina. A diversidade cultural e o Sesc: Abordagens e perspectivas. **Anais do XVII ENECULT** – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. Salvador, 27 a 30 de julho de 2021.

SERPA, Ângelo. A cidade como fenômeno cultural: apontamentos para uma abordagem geográfica. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas; ROCHA, Renata (Orgs.). **Políticas Culturais para cidades**. Salvador: EDUFBA, 2010.

SILVA, Susete Rodrigues da. **O pensamento vivo de Mário de Andrade: dos parques infantis aos CEUs da cidade de São Paulo**. Orientador: João Cardoso Palma Filho. 2012. 278 f. Dissertação (Mestrado em Artes) – Universidade Estadual Paulista, Instituto de Artes, 2012.

VAZ, Lilian; JACQUES, Paola. A cultura na revitalização urbana – espetáculo ou participação? **Revista Espaço e Debates**. São Paulo: Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos. v.23. n.43-44. jan/dez, 2003.